

**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Comunico a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima, nos dias 11 e 12 de março de 2026 (CI - 081/2026). Justificativa de ausência do deputado Paulo Corrêa, no dia 12 de março de 2026 (CI -074/2026). Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! *"Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Professor Rinaldo, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a ata Treze da Décima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 926/2026, do Ministério dos Povos Indígenas; Ofício nº 4/2026, do Conselho Nacional do Ministério Público; Ofício nº 511/2026, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; Ofícios nºs 10 e 11/2026, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 37/2026, do Poder Executivo; Ofícios nºs 56.007, 56.014, 56.146, 56.149, 56.152, 56.155, 56.158, 56.161, 56.170, 56.173, 56.176, 56.179 e 56.182/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 9/2026, da Motiva Pantanal. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Caravina, Zeca do PT, Coronel David, Lia Nogueira, Junior Mochi e Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Professor Rinaldo, Mara Caseiro, Renato Câmara, João Henrique, Jamilson Name, Pedrossian Neto, Gleice Jane e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 4/2026, de autoria do Tribunal de Justiça; Projeto de Lei nº 5/2026, de autoria do Tribunal de Justiça. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos familiares de Léia Duarte; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à mestranda Sheron Elizabet Rogoski, pela defesa de sua dissertação de mestrado, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação Profissionais da Educação (Profeduc); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa HRS2 Comércio de Calçados (Titans) LTDA., em comemoração*

*aos oito anos de atividades no município de Dourados, celebrados no dia 21 de fevereiro de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Imobiliária 1000 Imóveis LTDA., em comemoração aos seus trinta e um anos de atividades no município de Dourados, celebrados no dia 15 de fevereiro de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Matra Máquinas e Tratores Agrícolas Comércio LTDA., em comemoração aos seus cinquenta anos de atividades no município de Dourados, celebrados no dia 18 de fevereiro de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Gráfica e Etiquetas Akatsuka LTDA., em comemoração aos seus vinte e dois anos de atividades no município de Dourados, celebrados no dia 27 de fevereiro de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Aqua Fitness Academia LTDA., em comemoração aos seus dezessete anos de atividades no município de Dourados, celebrados no dia 9 de março de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao professor Marcos Utrera Martines, estendida à equipe técnica e demais colaboradores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela realização da pesquisa científica inovadora na área de oncologia, que avançou no desenvolvimento de uma nova forma de 'transportar' medicamentos usados na quimioterapia; requerimento, de autoria do deputado Caravina, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, para a data de 25 de março de 2026, das 13h:30 às 17h:30, para a realização de audiência pública, de iniciativa da Frente Parlamentar Municipalista, para debater e buscar soluções para as frequentes quedas de energia nas áreas urbanas e rurais do estado e a demora no restabelecimento do serviço; indicações, de autoria dos deputados Gerson Claro, Renato Câmara, Gleice Jane, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Jamilson Name e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de março do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da Primeira-Secretaria, o deputado Marcio Fernandes, para que faça a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária de 12 de março de 2026: Ofícios nºs 56.001, 56.004, 56.164, 56.167, 56.218, 56.267, 56.270, 56.273, 56.279 e 56.282/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Junior Mochi, Lidio Lopes, Caravina, Zé Teixeira e Mara Caseiro; Carta nº 264/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 5.108/2025). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero justificar também a ausência do deputado Paulo Corrêa, nosso primeiro-secretário, que está representando a Assembleia Legislativa na cidade de Assunção, no Paraguai, em uma comitiva de Mato

Grosso do Sul, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e ao Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai, na Embaixada do Paraguai no Brasil. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, quero encaminhar algumas proposições. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antônio André David Medeiros, promotor de justiça titular da 25ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, e ao senhor Antônio José Ângelo Motti, secretário-executivo do Procon em Mato Grosso do Sul, solicitando a adoção de medidas urgentes no sentido de fiscalizar o aumento abusivo dos preços dos combustíveis nos postos de Mato Grosso do Sul, tendo como justificativa o aumento do preço do barril de petróleo em decorrência do conflito entre Irã, Israel e Estados Unidos. Como não houve alteração nos valores dos combustíveis nas refinarias, estão usando de oportunismo para ampliar seus lucros. Com isso, o valor da gasolina, do etanol e do diesel fica mais alto para os consumidores. É impressionante ver alguns postos de combustível agirem dessa forma, num momento tão difícil como este que o mundo vive: esse conflito armado entre Estados Unidos, Israel e Irã. É claro que há uma oscilação no preço do barril de petróleo; porém, a Petrobras e as refinarias não aumentaram ainda o preço dos combustíveis aqui. Mas alguns postos de gasolina já estão majorando os preços, nessa expectativa de que poderá haver aumento — e já estão praticando esses aumentos abusivos, prejudicando os consumidores. Portanto, nós estamos pedindo ao Ministério Público e ao Procon que fiscalizem essas bombas e verifiquem se estão, realmente, praticando esses preços sem que haja aumento na Petrobras e nas refinarias que justifique esse acréscimo agora no preço dos combustíveis. E nós já estamos percebendo — inclusive, há uma matéria no Jornal Hoje — que, em alguns pontos de Campo Grande, o litro do óleo diesel ficou até 68 centavos mais caro. E parte do combustível que atende à demanda é importada. Mas não houve aumento, por parte das refinarias e da Petrobras, para que os postos fizessem esse reajuste. Em Campo Grande, o diesel comum custava, em média, 5,91 reais por litro, na primeira semana de março, ao passo que, neste momento, pode ser encontrado, em média, a 6,59 reais, chegando, em alguns casos, à casa de 7,00 reais o litro. Então, a gasolina já subiu; em alguns postos, o aumento já chega a 50 centavos. Não há justificativa para o aumento dos combustíveis, neste momento, já que a Petrobras não realizou nenhum ajuste. Então, nós estamos pedindo fiscalização urgente, porque depois que o preço sobe, não recua mais, mesmo que a Petrobras reduza o preço nas refinarias e nas distribuidoras. Então, é importante que o Procon atue neste momento, em defesa dos consumidores. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Francisco Frederico Felini, secretário de Estado de Administração, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a convocação dos candidatos remanescentes aprovados no concurso público realizado em 2022, para o cargo de professor da Rede Estadual de Ensino. Esse concurso já está para vencer, e ainda há candidatos aprovados aguardando na fila pela chamada, mesmo havendo vagas na rede estadual de ensino. Nós sabemos que, hoje, 67% dos professores são convocados. Então,

há vagas puras para que o Governo do Estado chame esses remanescentes do concurso de 2022. É fundamental que eles tomem posse o mais rápido possível, antes que o certame vença. Esse concurso vencerá agora em 2026. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a instalação urgente dos aparelhos de ar-condicionado da Escola Estadual Marechal Rondon, localizada no município de Nova Andradina. Eu recebi uma mensagem de um professor da escola. E ele disse que o prédio já passou por reforma, já teve melhorias na sua estrutura física, mas, apesar das adequações que foram realizadas, os aparelhos de ar-condicionado ainda não foram instalados, e o calor é insuportável! O professor reclama que os alunos não aguentam ficar nas salas de aula com esse calor que está fazendo. Então, é preciso, já que os ar-condicionado foram adquiridos, que se faça a instalação para garantir melhoria nas condições de ensino. Também quero apresentar aqui uma moção de congratulação à comunidade remanescente do Quilombo Eva Maria de Jesus, Tia Eva, localizada em Campo Grande, com cópia ao senhor João Henrique dos Santos, que é o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso do Sul (Iphan), pelo conjunto de esforços que resultaram no reconhecimento do Quilombo Tia Eva como o primeiro quilombo declarado tombado no Brasil. A Tia Eva é uma comunidade conhecida dos campo-grandenses. Historiadores consideram que ali foi fundada a cidade de Campo Grande. A Tia Eva representa um dos mais importantes patrimônios históricos, culturais e simbólicos de Mato Grosso do Sul. A sua história está profundamente ligada à resistência, à preservação da memória afro-brasileira e à manutenção de tradições que atravessam gerações, constituindo um verdadeiro legado de fé, luta e identidade. Fundada a partir da história de vida de Eva Maria de Jesus, liderança que marcou profundamente a formação da comunidade, o território quilombola tornou-se espaço de preservação de saberes, práticas culturais e manifestações religiosas que compõem parte essencial da história da população negra do nosso estado. Quero parabenizar o Iphan pelo trabalho realizado, que resultou no tombado da comunidade Tia Eva. E, por último, senhor presidente, outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Luiz Brandão Vilela, secretário municipal de Saúde de Campo Grande, solicitando adoção de medidas urgentes para regularizar o fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento de diabetes nas unidades de saúde de Campo Grande. Mais uma vez, os usuários do sistema público de saúde se queixam da situação do fornecimento de medicamentos essenciais para o tratamento de diabetes nos postos de saúde de Campo Grande. Pacientes que dependem desses medicamentos e materiais, como insulina, tiras reagentes para medição da glicemia, lancetas e seringas, relatam dificuldades frequentes para obter os itens nas unidades básicas de saúde, comprometendo diretamente o controle da doença. Na semana passada, eu estive no gabinete do secretário Marcelo para tratarmos de uma emenda parlamentar que eu fiz para a compra de compressores de ar para os gabinetes odontológicos. Fui muito bem recebido. Mas eu faço aqui um apelo para que não deixem faltar mais insulina e insumos de que as pessoas com diabetes necessitam para o controle da doença. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a implantação de sinalização vertical, indicando a presença de ciclistas na pista na MS-162, que liga Dourados às universidades Estadual e Federal daquele município. Esta proposta atende à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete pelo senhor Maycon Gilson. Venho chamar atenção para a necessidade urgente de implementação de sinalização vertical na MS-162, visando conscientizar os motoristas sobre a presença frequente de ciclistas. O crescente número de ciclistas que utilizam essa rota destaca a importância de medidas que promovam a segurança e a coexistência harmoniosa entre veículos motorizados e ciclistas. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Fernando Luiz Nascimento, diretor-presidente da Agraer, e à senhora Karla Bethânia Ledesma de Nadai, secretária executiva de Agricultura Familiar, de Povos Originários e Comunidades Tradicionais, solicitando a aquisição de uma bomba d'água bifásica, com potência de 4,5 CV, no assentamento Guaicurus, município de Bonito. Esta proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete pelo senhor Roberto Carlos A. Silva. A comunidade depende fortemente da água para suas necessidades básicas. No entanto, devido à falta de uma fonte de água confiável, os moradores estão vivenciando dificuldades consideráveis. A atual situação não apenas traz sofrimento, mas coloca em risco a saúde e o bem-estar de todos os residentes. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente! É sempre uma alegria muito grande poder estar aqui na Assembleia Legislativa e exercer nosso mandato de deputado estadual. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Rudi Fiorese, solicitando providências para viabilizar a implantação de um descador de barcos no rio Amambai, nas proximidades da ponte localizada na rodovia MS-290, no município de Naviraí. Justificativa: a presente indicação atende à solicitação encaminhada pelo vereador Regivan Moraes da Silva, do município de Naviraí, e tem por finalidade viabilizar a implantação de estrutura adequada de acesso ao rio Amambai, nas imediações da ponte situada na rodovia MS-290. O local é amplamente utilizado por moradores, pescadores,

produtores rurais e visitantes, constituindo importante ponto de lazer, subsistência e atividade econômica. Além disso, a inexistência de descedor apropriado dificulta o acesso seguro ao rio, elevando o risco de acidentes e danos a veículos e embarcações, além de limitar o pleno aproveitamento da infraestrutura existente. Por último, a implantação do descedor de barcos contribuirá para o aumento da segurança dos usuários, o incentivo ao turismo e à pesca esportiva, a valorização da infraestrutura pública e o atendimento à demanda recorrente da comunidade local. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Peço aos colegas deputados que quiserem apresentar indicações que as coloquem sobre a mesa. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 00476/2026 e 00466/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: dois requerimentos (Prot. nºs 00483/2026 e 00471/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: um requerimento (Prot. nº 00485/2026) e uma moção de pesar (Prot. nº 00484/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 00468/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 00481/2026, 00479/2026, 00478/2026 e 00477/2026) e uma moção de congratulação (Prot. nº 00480/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 00482/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 00465/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: um requerimento (Prot. nº 00486/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00475/2026, 00474/2026, 00473/2026 e 00472/2026).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. O deputado Zeca está representando a Casa em Sidrolândia. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, com muita tristeza, eu venho falar de um fato que ocorreu em nosso gabinete. A mídia já está sabendo. Alguns veículos estão acostumados simplesmente a bater na gente. Já circula um áudio de um colaborador nosso que, ao receber a demanda de uma pessoa humilde, de uma pessoa pobre, que estava aguardando por uma vaga para tratamento de saúde desde setembro de 2025, destratou a pessoa. Ela estava com uma cirurgia marcada. Eu não admito que alguém seja destratado no meu gabinete, principalmente o tipo de pessoa que eu venho aqui à tribuna todos os dias defender: servidor público, beneficiários da Cassems. A gente não admite isso. A gente tem atitude. Então, eu já quero comunicar, senhor presidente, o desligamento desse nosso colaborador. Quero comunicar a Vossa Excelência que o senhor Maurício não trabalha mais

no nosso gabinete. E não trabalha porque o senhor Roberto, com dores desde abril de 2025, com pedra no rim, foi ao Hospital Regional buscar atendimento. Colocaram nele um "duplo J" para amenizar suas dores, enquanto ele aguardava a cirurgia. Desde então, ele estava aguardando vagas para realizar exames, trocar o duplo J, e realizar a cirurgia para retirada das pedras nos rins. Eu não admito, senhor presidente, que alguém da minha equipe destrua uma pessoa humilde, com dor nos rins, que suplica ao Estado que a atenda e resolva o seu problema. Um problema que também é meu, que é do Estado. Veja: seria muito bom para a mídia que esse colaborador fosse do gabinete do deputado João Henrique. Mas não é, senhor presidente. Eu usei isso para chamar a atenção de Vossas Excelências. Esse episódio envolve o secretário de Estado de Saúde. E eu faço questão de exibir o áudio que o secretário de Saúde encaminhou, em nome do governador Eduardo Riedel: "Meu bem, eu sou secretário de Saúde. Eu não sou da Assistência Social e nem do agendamento. Peça para a Secretaria Municipal de Bonito colocar essa ficha no Core, que eu vou resolver no...". Ora, o senhor é secretário de Saúde, senhor Maurício. Se o senhor fosse do meu gabinete, o senhor estaria exonerado neste momento. Acontece que existe uma diferença muito grande entre o governador do estado e o deputado João Henrique. O governador, que deveria ter exonerado imediatamente o secretário de Obras, que tomou esse tipo atitude, levou dois anos para entender que ele era incompetente. O governador, que colocou na Agems uma pessoa que não tem competência técnica, até hoje resiste e recorre para que continue lá uma pessoa incompetente. O governador, que não aceita a tomada ágil de decisões, ao receber esse áudio — de uma pessoa pobre, que está com dor nos rins; e eu já senti essa dor, senhor presidente; já senti essa dor nos rins, já senti essa dor na vesícula, e ela é insuportável! E a pessoa está sem receber tratamento, naquela zona, naquela bagunça que é o Hospital Regional —, ao receber o áudio, ele diz: "Eu não sou da Assistência Social, meu bem!". Assistência Social? Se chegasse ao meu conhecimento, ainda que fosse um pleito de assistência social, eu encaminharia, resolveria. Dizer para a pessoa que já entrou na rede, deputado Pedro Kemp, que já foi regulada, que já passou pelo Regional, que ela tem que ir lá em Bonito, por questões de burocracia, inserir em um sistema... É o sistema governando, é o sistema de computador, de software — coitado do senhor Roberto! São pessoas humildes, deputado Razuk; são pessoas que não sabem como o Estado vai resolver o problema. A dor é tão insuportável que o senhor Roberto correu atrás e conseguiu falar diretamente com o secretário de Saúde. O senhor Roberto nem precisaria ter falado com ele. Era para o problema já estar resolvido. E, quando a pessoa chega até ele, ele diz: "Aqui não é a Assistência Social; isso não é minha responsabilidade!". É, sim! Se um secretário meu, se um colaborador meu, tratasse um cidadão dessa forma, com esse desprezo, com essa arrogância, diante de tantos problemas que chegam ao meu gabinete e aos seus gabinetes... Ora! Chega de letargia! A população não aguenta mais esperar. E ontem, eu fui convocado, deputado Pedrossian Neto, pela Santa Casa de Campo Grande — porque sou 'santacasista', e sei que Vossa Excelência também o é. Após fazer um requerimento e acreditar que levaria meses para a Santa Casa me responder, como o Governo demora, me convocaram imediatamente. Disseram: "Deputado, todas as informações relativas à saúde da Santa Casa estão abertas a Vossa Excelência". Fiquei na Santa Casa por, pelo menos, cinco horas, analisando dados, tabelas, números, levantamentos. E vou dizer uma coisa a Vossa Excelência: o que a Santa Casa

me entregou de documentos o Estado de Mato Grosso do Sul não nos entrega — e não terá coragem de entregar — para fazermos um comparativo. A Santa Casa, deputado Pedrossian Neto, tem, em sua história, a primeira mulher à frente de um setor que entrega e resolve a saúde do nosso estado. À minha própria esposa eu dei esta instrução: se eu não puder responder por mim em algum momento da minha vida, por qualquer situação, me leve à Santa Casa. Aquela instituição, que não depende, em sua administração, do Estado, está sendo massacrada na gestão de uma mulher, porque o Estado não está honrando com aquilo que foi pactuado. É uma vergonha! Eu olho e vejo que, das internações de alta complexidade do Estado de Mato Grosso do Sul, a Santa Casa assume e resolve 55%. E eu olho as estatísticas e vejo o repasse mensal de 33 milhões de reais para aquela instituição, frente à produção mensal que ela entrega — são 12 milhões em atendimentos de qualquer natureza que possam ser tabelados. Quando você divide, encontra um índice de 2,7 na tabela do SUS. Esse é um índice incontestável. Por quê? Porque essas informações estão no portal do SUS: você olha o faturamento das entidades e olha a produção mensal. E eu olho para o Hospital Regional, onde o senhor Roberto foi atendido, e ele está pedra nos rins desde setembro de 2025, e o secretário Maurício Simões — que, se fosse meu colaborador, estaria exonerado hoje — disse: "Olha, vá para o Regional, porque aqui não é a Secretaria de Assistência Social!". Veja a arrogância! Veja a falta de cuidado, de humanidade para com um cidadão pobre! Uma mulher que está à frente da Santa Casa — e você vê que o repasse mensal ao Hospital Regional é de 60 milhões de reais por mês, frente a 3 milhões de atendimentos, o que gera um índice de 15,52 de tabela do SUS. Será que é por isso que uma OS quer ir para lá? Será que é por isso que o governador colocou uma entidade lá dentro, já inserida em um processo de licitação, de olho em 15 tabelas SUS? E veja: o conselheiro Sérgio de Paula, recentemente indicado pelo governador Eduardo Riedel, disse: "Suspende-se a PPP do Hospital Regional, porque é um absurdo!". O conselheiro Sérgio de Paula afirmou que há indícios de ilegalidades e de possíveis desvios de recursos públicos na maneira como foi estruturada a PPP do Hospital Regional. Veja! Eu votei contra a indicação do conselheiro Sérgio de Paula. Quem votou favoravelmente foram Vossas Excelências. Quem o indicou foi o governador Eduardo Riedel. E ele concedeu uma cautelar, deputado Pedro Kemp, suspendendo-a. Vejam! A Santa Casa está sendo estrangulada pelo Governo do Estado, com um índice de 2,7. E sabem qual é o pleito deles ao secretário? Eu não sei se agora ele é da Assistência Social ou da Saúde. Mas eles pedem apenas uma tabela do SUS a mais. A Santa Casa quer ir de 2,7 para 3,7. A Santa Casa, se o governador injetar nela o recurso que destina ao Hospital Regional... O Governo não consegue pagar o serviço que ela é capaz de produzir, com a qualidade que pode entregar. Bem, e eu não tenho como, senhor presidente, não lembrar da Cassems; porque ela recebe, gratuitamente, deputado Pedrossian Neto — pelo último levantamento que temos, de 2024; hoje deve ser mais —, a título de auxílio-saúde para os servidores públicos, onde falta saúde para eles, 500 milhões de reais por ano dos patrocinadores, que são entes públicos, em sua maioria. Agora, há uma diferença: a Santa Casa, em crise, com dificuldades, setor particular para o qual as pessoas vão, tem lucro; já o SUS, que é tripartite — remunerado por Campo Grande, pelo Estado e pela União —, está dando prejuízo. Agora, entendam: enquanto o Ricardo Ayache recebe dos entes 500 milhões de reais por ano, a Santa Casa reivindica apenas o reajuste de sua tabela por

serviço prestado. Então, veja: o consumidor escolhe o local para onde ir — ou chega por meio da regulação; muitas vezes, a própria Prefeitura e o Estado encaminham mais pessoas do que está previsto no contrato, que tem um teto. E eles querem prestar o serviço, mas ele dizem: "Vou remunerar com 2,7 da tabela do SUS." Se o Hospital Regional recebesse como a Santa Casa, receberia oito, dez vezes mais para realizar o mesmo serviço. O que acontece com esses 60 milhões de reais enviados, mensalmente, ao Hospital Regional? Será que é um buraco negro? Senhor secretário de Saúde, eu não sou secretário de Assistência Social nem secretário de Saúde, sou um deputado e vou dizer: lá tem propina! Lá tem corrupção! Enquanto umas pessoas agonizam, outras são destratadas pelo senhor. Se você... Peça para sair. Ora, são 15 tabelas para o SUS para o Hospital Regional... Explique, senhor secretário, como o senhor tem gasto os recursos da Saúde do Estado. O senhor tem à sua disposição 1,9 bilhão de reais. Eu exijo que o senhor entregue, imediatamente, todos os documentos que a sua auditoria exige dos hospitais filantrópicos — e não só da Santa Casa. Aqui está o modelo claro de que a iniciativa privada pode trabalhar livremente com o poder público — mas quando não há *longa manus* corrupta do Estado: duas tabelas. Agora, onde eu indico, o diretor: propina, 15 tabelas, afano no meu bolso, no seu bolso. O que é isso? Isso é uma vergonha! Uma vergonha sobre a qual eu irei debruçar. Trarei a Vossas Excelências ideias de fiscalização e também de construção. Senhores, a Santa Casa, em muitos estados, leva o nome de *Misericórdia*. Vejam a qualidade do serviço prestado pela Santa Casa! Vejam a evolução! Vejam a história dos fundadores! Respeitem Campo Grande! Respeitem a história da instituição! Estendam-lhe as mãos! Não a ataquem! Ou vocês querem se apropriar do comando da Santa Casa e aumentar a tabela para o valor do Hospital Regional, ampliar os atendimentos, estabelecer um outro canal de desvios de recursos, de falta de transparência? Já imaginaram se vaza um áudio para a imprensa? Eu vou colocar o áudio à disposição de vocês. Mas já imaginaram se a presidente da Santa Casa tivesse um áudio circulando assim: "Aqui não é a Assistência Social, não; vá lá procurar o secretário de Saúde"? O que aconteceria com essa mulher? Já pararam para pensar? Já pararam para pensar que, sem a Santa Casa, o Estado de Mato Grosso do Sul está perdido? Já pararam para pensar que a maior dívida da Santa Casa — e eu falo como santacasista, aqui não falo como político — é proveniente de uma intervenção mal feita dentro daquela instituição? Lembram do dia em que o governador fez... Talvez Vossa Excelência não queira exonerar o seu secretário porque é conivente, porque concorda. Mas lembre-se do dia que está registrado, deputado Pedro Kemp, na história de Mato Grosso do Sul, quando houve o fechamento das portas da Santa Casa. Lembram-se? Eu lembro! Apesar de adolescente, eu lia os jornais, eu vi o caos. Vocês estão vivenciando na bolha de vocês — e me acusam de viver numa bolha ideológica. Vocês estão vivendo na bolha da falta de compromisso, da falta de entrega, da falta de obra, da falta de consideração, da falta de verdade. E é aí que imperam a maldade e a indiferença. Deputado Antonio Vaz, pastor querido: o povo sofre agonia no governo do ímpio e sente alegria no governo do justo. Na área da saúde não há justiça para o pobre em Mato Grosso do Sul. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a verificação do quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com dezesseis deputados e deputadas presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, convido deputados para participarem do escrutínio. Registramos e agradecemos a presença da senhora Vera Lúcia Lorenzone, vereadora do município de Laguna Carapã; da senhora Marilene Pezzarico, a Mari, vereadora do município de Laguna Carapã; do senhor Tarcísio Ferreira, vereador de Laguna Carapã; do senhor José Lourenço, vereador do município de Cassilândia; do senhor Avani Luiz, o Juninho, vereador do município de Cassilândia; do senhor Agnaldo dos Santos, vereador do município de Iguatemi; e da senhora Rosicléia da Silva, vereadora do município de Iguatemi. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 273/2025. Autores: deputados Marcio Fernandes e Gerson Claro. "Denomina o trecho da MS-380, que liga a sede do município de Ponta Porã à BR-463, com o nome de quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 273/2025, de autoria dos deputados Marcio Fernandes e Gerson Claro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto de lei que atribui ao trecho especificado da Rodovia MS-380 o nome de "Emigdio Antônio Sandri". Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 272/2025. Autor: deputado Jamilson Name. "Dispõe sobre a fixação de cartazes informativos sobre a depressão infantil nos locais que especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 272/2025, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 277/2025. Autora: deputada Lia Nogueira. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o 'Baile de Debutantes do Projeto Primavera', a ser realizado no mês de outubro de cada ano, no município de Costa Rica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 277/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 327/2025. Autor: deputado Caravina. "Inclui o Novenário em Honra a São Judas Tadeu e a Festa das Nações no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 327/2025, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis
votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda
discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. "Três requerimentos, vinte e
uma indicações e sete moções de congratulação." Em votação. Não havendo oposição,
dou-os por aprovados...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o
deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu quero apenas colocar sobre a
mesa uma moção de pesar aos familiares do senhor Raimundo de Oliveira Simões, pelo
seu falecimento, ocorrido no dia 6 deste mês, aos 84 anos de idade, no município de
Amambai. Ele era uma pessoa muito honrada, muito digna. Obrigado, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Peço para registrar. Estará em pauta na terça-feira. Encerrada a Ordem do Dia. Solicito aos senhores deputados que façam seus votos e relatorias na Comissão de Mérito, para que possamos fazer a sessão normalmente na próxima terça-feira. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Lembrando que o deputado Zeca do PT nos representa em um evento em Sidrolândia e que o deputado Paulo Corrêa nos representa em um evento em Assunção. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h41min).